



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



As demandas da marcha das margaridas por outra produção: uma leitura a partir do entrecruzamento mulher/sem-terra

*Demands from the marcha das margaridas for an alternative
production: a reading based on the women/landless intersection*

De Paula, Fernanda Folster¹

¹Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP), fer.folster@gmail.com

Tema Gerador: Mulheres e Agroecologia

Resumo

O presente trabalho pretende entender as demandas realizadas pelas mulheres sem-terra na Marcha das Margaridas de 2015 por outra lógica de produção, a partir do cruzamento das categorias “mulher” e “sem-terra”. Entendemos que as experiências (e demandas) das mulheres sem-terra não pode ser subsumida apenas à uma dessas categorias, e é tal cruzamento que permite entender a importância dada a agroecologia pela Marcha. A luta dos sem-terra se coloca por democratização, pela distribuição de terra e reconhecimento da agricultura familiar através das políticas públicas. Entretanto, as demandas das mulheres não estão circunscritas à essas fronteiras: elas estão também diretamente ligadas ao papel que as mulheres ocupam no mundo do trabalho, a esfera reprodutiva. Assim, elas também reivindicam saúde e qualidade de vida no campo, e uma lógica produtiva de cooperação com a vida e com a natureza: a agroecologia.

Palavras-chave: gênero; reforma agrária; agroecologia; sem-terra; Marcha das Margaridas.

Abstract

This work tries to understand the demands of the landless women at the 2015 Marcha das Margaridas for other production logics, based on the intersection between the categories “women” and “landless”. It is understood that the experiences (and demands) of the landless women can not be diminished to only one of these categories. It is the intersection of these categories that allows the understanding of the importance given to agroecology by the March. The struggle of the landless people seeks democratization, land distribution and the recognition of family agriculture through the establishment of public policies. However, the demands are not circumscribed to these frontiers: they are also directly linked to the role these women occupy in the work area, the reproductive sphere. Therefore, they also demand healthcare and life quality, and a productive logic that cooperates with life and nature: agroecology.

Keywords: gender; agrarian reform; agroecology; landless; Marcha das Margaridas.

Introdução

O presente trabalho pretende entender as demandas colocadas pela Marcha das Margaridas de 2015, em especial as pautas relacionadas à produção. Tal luta se contrapõe ao modo como a terra se estrutura atualmente no Brasil, e deve ser entendida a partir do lugar característico que o latifúndio ocupa na sociedade brasileira, que têm impacto sobre os padrões de produção e dominação no campo. Sobretudo, tal luta deve ser



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



compreendida a partir de um entrecruzamento das categorias mulher e sem-terra, já que ambas são igualmente contundentes para a formação da identidade das mulheres camponesas, e portanto, para a compreensão de suas demandas.

Dividimos as demandas colocadas pela Marcha de 2015 em três eixos, sendo que daremos ênfase para a compreensão do primeiro: (1) demandas por um tipo de produção que respeite a vida e a biodiversidade, e políticas públicas que a fomentem; (2) demandas relacionadas ao fim da violência e preconceito contra a mulher; (3) e demandas pelo fortalecimento da representação das mulheres do campo em sindicatos rurais.

Na marcha de 2015, agrupamos dentro do primeiro eixo as seguintes demandas: “Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente; apresentar, através das proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista; protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentadas para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar.” (Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Projeto para Captação de Recursos, 2014, p. 5)

As Sem-terra

Analisada a partir da realidade brasileira, a terra é uma categoria completamente distinta do modo como aparece nos países centrais. Conforme escreve Marcelo Maia, a despeito da especificidade do desenvolvimento brasileiro: “No lugar da cidade, surge como imagem principal a terra, essa extensão indefinida, desconhecida e habitada por linhagens, etnias e grupos humanos que muito diferem dos cidadãos que comerciavam na sociedade civil burguesa.”(Maia, 2013, p. 90). O autor coloca ainda que: “No lugar do monopólio da violência pelo Estado-nação pacificado, vemos guerras de clãs rurais, nomadismo, patriarcalismo e violência constante dos homens livres na “ordem escravocrata.” (Maia, 2013, p. 90).

Do mesmo modo, os conflitos gerados em torno da questão rural no Brasil (sobre a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de terras quilombolas, pela democratização do acesso à terra pela reforma agrária, dentre outros) demonstram a especificidade que tal categoria possui em relação às formulações teóricas clássicas a respeito do mundo rural, já que aqui tais questões ainda são as geradoras dos conflitos sociais mais violentos (Oliveira, 2001, p. 190).



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



Na bibliografia do pensamento social brasileiro, existe uma grande ênfase no papel do latifúndio e da família patriarcal para a conformação da sociedade. Conforme discute Gilberto Freyre: “A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, [...] constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.” (Freyre, 1973, p. 18, 19). ou ainda: “Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político.” (Freyre, 1973, p. 22, 23)

É ainda, segundo Sérgio Buarque de Holanda, justamente a base rural do desenvolvimento brasileiro que garantiu a força da família patriarcal. Ambos fariam parte do domínio rural conservador: “A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens [...] deve ser rigorosamente respeitada e cumprida” (Holanda, 1995, p. 85)

Tais passagens podem ainda nos dar pistas para compreender o como o mundo rural se configura e seus impactos para a organização social. Principalmente pois a estrutura fundiária brasileira ainda não sofreu grandes alterações desde sua constituição, a despeito de qualquer tipo de reforma agrária nunca ter sido realizada desde a divisão das terras brasileiras em capitanias hereditárias. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o último realizado, os empreendimentos com área maior que 100 hectares representam menos de 10% de todos os empreendimentos agrícolas, porém ocupam mais de 75% das áreas dedicadas a tal atividade, o que demonstra a continuidade do caráter concentrado e desigual da distribuição de terra.

Além de instaurar a base para a exploração capitalista no Brasil, reforçamos aqui a hipótese colocada por alguns autores segundo a qual a terra hoje impede o acesso democrático às instituições sociais, restringindo a possibilidade de ação coletiva e sustentando padrões de dominação pessoalizados e autoritários (Chaguri; Bastos, 2015, p. 15). Pensamos a terra como uma categoria que estabelece a diferença entre os “com” e os “sem terra”, define a população que será criminalizada, pauperizada, servirá de exército de reserva; define os espaços públicos e privados e assim, o próprio âmbito e definição de atuação do Estado. É uma categoria que qualifica ou desqualifica os atores sociais, confinando os sem-terra fora do acesso às instituições sociais.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



A partir daí podemos entender a estrutura latifundiária e anti-democrática que as demandas das sem-terra por “um novo processo de desenvolvimento rural” contestam. Se tratam de reivindicações que ao colocarem a “crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico” demandam a distribuição de terras, a destruição dos atuais padrões de dominação do campo e a mudança da própria estrutura produtiva brasileira.

As Mulheres

Mas não é apenas enquanto sem-terra que a Marcha das Margaridas organiza suas demandas, mas também enquanto mulheres, que são responsáveis pela produção e em especial, pela reprodução da vida no campo: “É do produto desses dois fatores - o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural.”(Carneiro, 2013, p. 14). Ainda, sobre a indivisibilidade do caráter de gênero e de classe da identidade das mulheres sem terra, a autora escreve que: “É nesse sentido que [...] para se entender o movimento das mulheres trabalhadoras rurais é necessário levar em consideração não apenas os fatores objetivos decorrentes das condições materiais de vida mas também valores ideológicos estruturantes das relações entre os sexos e conformadores das identidades sociais dos gêneros.” (Carneiro, 2013, p. 14)

A naturalização das tarefas reprodutivas como atividades femininas tornam as mulheres mais responsáveis pela saúde e bem-estar da família. Para as mulheres rurais, isso se traduz numa preocupação direta com a qualidade dos alimentos produzidos e do meio ambiente no qual se vive, o que explica a importância dada pelas mulheres rurais pela agroecologia e contra o uso agrotóxicos na produção, pelas demandas na Marcha pela “sustentabilidade humana e do meio ambiente” e por soberania alimentar.

A agroecologia, que segundo Altieri “trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” e que “utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais.” (Altieri, 2004, p. 23) é uma pauta importante e que ganha cada vez mais destaque entre os movimentos de camponeses e trabalhadores rurais, ao propor uma outra lógica de produção. Mas, tal pauta possui uma centralidade para as mulheres, por serem elas as mais diretamente responsáveis pelo trabalho reprodutivo:

“Em 2004, dedicaram-se a atividade de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% de homens. Portanto, são as atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano. Por que? Como são ati-



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



vidades intimamente ligadas ao sustento da família, nada mais natural que a elas dediquem as mulheres. E além do mais não geram rendimentos. Porque não existe nenhuma razão técnica que justifique essa desproporção entre a participação de homens e mulheres na produção de autoconsumo, a não ser o fato de que o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família.” (Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul, 2006, p.54)

Se a identidade sem-terra em geral invisibiliza tais mulheres frente ao Estado, é sua identificação enquanto mulher que as faz lutar não apenas por políticas públicas, mas por políticas públicas que auxiliem “construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente”. (Projeto para a Captação de Recursos da Marcha das Margaridas, 2014, p.5).

Conclusão

As demandas colocadas pelas mulheres sem-terra se distinguem das que estão presentes em outros movimentos de mulheres. Também, não podem ser entendidas apenas como demandas colocadas enquanto “sem-terra”, que lutam pela reforma agrária e pela redistribuição de recursos e status.

A luta por outra lógica produtiva se vincula diretamente ao local que as mulheres ocupam na cadeia produtiva: o da reprodução. São elas as que mais sofrem com os impactos causados ao meio ambiente e à vida. Assim sendo, suas demandas expressam esse duplo caráter: o de sua identidade “sem-terra” e “mulher”, o que faz que elas ocupem um lugar singular na luta pela agroecologia.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Estudos Sociedade e Agricultura, 2013.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro; BASTOS, Elide Rugai. A Atualidade do Rural. Revista Lua Nova, nº 95, p. 13-26, 2015.

CONNELL, Raewyn. A Iminente Revolução na Teoria Social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, nº80, p. 9-20, 2012.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira Sob o Regime Patriarcal. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. –Ministério do desenvolvimento agrário (MDA): Brasília. 2006. 262p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MAIA, João Marcelo. A Imaginação da Terra: O Pensamento Brasileiro e a Condição Periférica. Tempo Social, Vol. 25, n. 2, p. 79-97, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados, Vol. 15, nº43, 2001.

SAMPAIO JR., Plínio Arruda. Notas Críticas sobre a Atualidade e os Desafios da Questão Agrária. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Not%C3%ADcias%20cr%C3%ADticas%20sobre%20a%20atualidade%20e%20os%20desafios%20da%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20-%20Plinio%20de%20Arruda%20Sampaio%20Jr.pdf>> Último acesso em 23/02/2017.

Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Dezembro de 2014. Projeto para a Captação de Recursos da Marcha das Margaridas. Disponível em <http://www.contag.org.br/sistemas/doacao/public/pdf/projeto_captacao_recursos_marcha_2015.pdf> Último acesso em 10/04/2017.